



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Exercícios comentados, questões e mapas mentais
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEDUC-RS

SECRETARIA DE ESTADO DA
EDUCAÇÃO - RIO GRANDE DO SUL

Professor-
Linguagens e suas Tecnologias

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

CÓD: SL-021JL-25
7908433279150

COMO ACESSAR O SEU BÔNUS

Se você comprou essa apostila em nosso site, o bônus já está liberado na sua área do cliente. Basta fazer login com seus dados e aproveitar.

Mas caso você não tenha comprado no nosso site, siga os passos abaixo para ter acesso ao bônus:



Acesse o endereço editorasolucao.com.br/bonus.



Digite o código que se encontra atrás da apostila (conforme foto ao lado).



Siga os passos para realizar um breve cadastro e acessar o **bônus**.



Este material segue o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Todos os direitos são reservados à Editora Solução, conforme a Lei de Direitos Autorais (Lei Nº 9.610/98). É proibida a venda e reprodução em qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem a permissão prévia da Editora Solução.

PIRATARIA É CRIME !



COMO PASSAR EM CONCURSOS PÚBLICOS

Bem-vindo à sua jornada de preparação para concursos públicos! Sabemos que o caminho para a aprovação pode parecer longo e desafiador, mas com a estratégia certa e um planejamento adequado, você pode alcançar seu objetivo. Nesta seção, oferecemos um guia abrangente que aborda todos os aspectos essenciais da preparação, desde a escolha do concurso até a aprovação final.

✓ PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

O sucesso em concursos públicos começa com um planejamento bem estruturado. Aqui estão algumas dicas para ajudar você a dar os primeiros passos:

- **Escolha do Concurso Certo:** Identifique qual concurso é mais adequado para o seu perfil e seus objetivos de carreira. Leve em consideração suas habilidades, interesses e as exigências do cargo.



- **Cronograma de Estudos:** Crie um cronograma que distribua o tempo de estudo de forma equilibrada entre todas as disciplinas. Considere o tempo disponível até a prova e estabeleça metas de curto, médio e longo prazo.
- **Definição de Metas:** Estabeleça metas claras e alcançáveis para cada etapa da sua preparação. Por exemplo, dominar um tópico específico em uma semana ou resolver um número determinado de questões por dia.

✓ ESTRATÉGIAS DE ESTUDO

A forma como você estuda é tão importante quanto o conteúdo que você estuda. Aqui estão algumas estratégias eficazes:

- **Leitura Ativa:** Leia o material com atenção e faça anotações. Substitua a leitura passiva por uma abordagem mais interativa, que envolva a síntese do conteúdo e a criação de resumos.

- **Revisão Espaçada:** Revise o conteúdo de forma sistemática, utilizando intervalos regulares (dias, semanas e meses) para garantir que a informação seja consolidada na memória de longo prazo.

- **Mapas Mentais:** Use mapas mentais para visualizar e conectar conceitos. Esta técnica facilita a compreensão e a memorização de tópicos complexos.

- **Gerenciamento de Diferentes Disciplinas:** Adapte suas técnicas de estudo para lidar com diferentes tipos de disciplinas, como exatas, humanas ou biológicas. Cada matéria pode exigir uma abordagem específica.

✓ GESTÃO DO TEMPO

Uma das habilidades mais cruciais para quem estuda para concursos é a capacidade de gerenciar o tempo de forma eficaz:

- **Divisão do Tempo:** Divida seu tempo de estudo entre aprendizado de novos conteúdos, revisão e prática de questões. Reserve tempo para cada uma dessas atividades em seu cronograma.
- **Equilíbrio entre Estudo e Lazer:** Para manter a produtividade, é essencial equilibrar o tempo dedicado aos estudos com momentos de descanso e lazer. Isso ajuda a evitar o esgotamento e a manter a motivação alta.

✓ MOTIVAÇÃO E RESILIÊNCIA

Manter a motivação ao longo de meses ou até anos de estudo é um dos maiores desafios. Aqui estão algumas dicas para ajudá-lo a manter-se firme:

- **Superação da Procrastinação:** Identifique os gatilhos que levam à procrastinação e crie estratégias para enfrentá-los, como dividir tarefas grandes em etapas menores e mais gerenciáveis.
- **Lidando com Ansiedade e Estresse:** Utilize técnicas de relaxamento, como meditação, exercícios físicos e pausas regulares, para manter o bem-estar mental e físico.
- **Manutenção da Motivação:** Defina pequenas recompensas para si mesmo ao atingir suas metas. Lembre-se constantemente do seu objetivo final e das razões pelas quais você decidiu se preparar para o concurso.

À medida que você avança nessa jornada desafiadora, lembre-se de que o esforço e a dedicação que você coloca nos seus estudos são os alicerces para o sucesso. Confie em si mesmo, no seu processo, e mantenha a perseverança, mesmo diante dos obstáculos. Cada pequeno passo que você dá o aproxima do seu objetivo. Acredite no seu potencial, e não se esqueça de celebrar cada conquista ao longo do caminho. A Editora Solução estará com você em cada etapa dessa jornada, oferecendo o apoio e os recursos necessários para o seu sucesso. Desejamos a você bons estudos, muita força e foco, e que a sua preparação seja coroada com o sucesso merecido. Boa sorte, e vá com confiança em direção ao seu sonho!

Bons estudos!



Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos de gêneros variados, multimodais e gêneros digitais	9
2. Informações literais e inferências	13
3. Norma-padrão e variações linguísticas: usos sociais da linguagem	14
4. Gêneros e tipologias textuais: estruturação do texto e dos parágrafos.....	16
5. Coesão e coerência: mecanismos linguísticos e semânticos.....	22
6. Semântica e pragmática: construção de sentidos, conotação e denotação, polissemia, homonímia e paronímia	26
7. Figuras de linguagem	30
8. Elementos da comunicação e funções da linguagem	32
9. Fonética, fonologia	35
10. Ortografia e acentuação gráfica conforme o acordo ortográfico.....	41
11. Morfossintaxe: estrutura e formação de palavras	44
12. Função textual dos vocábulos.....	48
13. Classes gramaticais	54
14. Tempos e modos verbais	62
15. Sintaxe do período: coordenação e subordinação.....	63
16. Nexos semânticos e sintáticos, equivalência e transformação estrutural.....	66
17. Concordância nominal e verbal	68
18. Regência nominal e verbal.....	71
19. Crase	75
20. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.....	77
21. Colocação pronominal	83

Conhecimentos Pedagógicos

1. A gestão escolar democrática e o trabalho coletivo: o professor como agente transformador	89
2. Projeto educativo: fundamentos e concepções didático-pedagógicas contemporâneas em articulação com o currículo..	89
3. Metodologias de ensino	90
4. Processos de avaliação.....	92
5. Educação inclusiva: princípios, políticas públicas e práticas pedagógicas com foco na equidade.....	93
6. Organização do tempo e do espaço na prática pedagógica: intencionalidade, acessibilidade.....	98
7. Promoção de aprendizagens significativas	100
8. Planejamento pedagógico, mediação docente e avaliação formativa	101
9. Educação ambiental e educação para as relações étnico-raciais e de gênero: fundamentos legais, abordagens críticas e práticas pedagógicas interseccionais no contexto escolar.....	103
10. O projeto político-pedagógico (ppp): fundamentos, elaboração participativa, implementação e avaliação contínua à luz da gestão democrática.....	106
11. Currículo, avaliação e práticas pedagógicas: articulação com a bncc, o rcgem e os direitos de aprendizagem	109
12. Tendências pedagógicas contemporâneas: fundamentos e práticas das abordagens críticas, interdisciplinares, híbridas e colaborativas na educação básica	116
13. Função social da escola pública: garantias legais do direito à educação, papel na redução das desigualdades sociais e na formação cidadã dos sujeitos.....	118
14. Formação integral e competências socioemocionais: fundamentos, objetivos e implicações pedagógicas	121

Conhecimentos Específicos

Professor - Linguagens e suas Tecnologias

1. O trabalho com competências socioemocionais no ensino: desenvolvimento da empatia, autorregulação, colaboração e pensamento crítico	129
2. Aprendizagem e desenvolvimento integral: formação ética, estética, crítica e cidadã para o século xxi	129
3. Educação colaborativa: integração interdisciplinar, transdisciplinaridade e articulação de saberes na educação básica ...	131
4. Metodologias ativas e inovadoras no ensino de língua portuguesa: aprendizagem significativa, protagonismo estudantil, resolução de problemas, gamificação, sala de aula invertida	131
5. Educação empreendedora e projetos integradores: articulação entre mundo do trabalho, cidadania e práticas linguísticas	132
6. Inovação pedagógica e formação docente: práticas reflexivas, desenvolvimento profissional e uso de tecnologias educacionais	133
7. Práticas didático-pedagógicas baseadas em evidências: mediação intencional	135
8. Avaliação formativa, ensino centrado em competências e habilidades	136
9. Ensino por competências e habilidades: alinhamento com a bncc e desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais	136
10. Multimodalidade, multiletramentos e letramento digital: leitura e produção de textos em diferentes linguagens, plataformas e suportes	138

Material Digital

Legislação da Educação

1. Constituição da república federativa do brasil –promulgada em 5 de outubro de 1988, artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229, e suas atualizações	4
2. Lei federal n.º 8.069, De 13/07/90 - dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e suas atualizações	15
3. Lei federal n.º 9.394, De 20/12/96 - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e suas principais atualizações	54
4. Lei federal n.º 10.639 De 2003, lei federal n.º 11.645/2008 E resolução cne/cp n.º1/2004 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira”	73
5. Lei federal n.º 10.098/2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências	75
6. Lei n.º 13.005/ 2014 – Plano nacional de educação	78
7. Resolução cne/cp n.º 2, de 22 de dezembro de 2017 – institui e orienta a implantação da base nacional comum curricular e resolução cne/cp n.º 4/2024 formação docente alinhada à bncc	94
8. Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica – resolução n.º 4, de 13 de julho de 2010	109
9. Resolução n.º 7, de 14 de dezembro de 2010 – fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos	119
10. Lei n.º 14.191, De 3 de agosto de 2021 – dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos	126
11. Lei n.º 13.146, De 6 de julho de 2015 – institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência)	127
12. Lei n.º 12.764, De 27 de dezembro de 2012 – institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista	145

13. Resolução n.º 04, de 02 de outubro de 2009 – diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica – modalidade educação especial	147
14. Lei n.º 9.795, De 27 de abril de 1999 – dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências.....	148
15. Resolução n.º 2, de 15 de junho de 2012 – estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental ...	152
16. Resolução n.º 363, de 10 de novembro de 2021 – estabelece as diretrizes curriculares estaduais para a educação ambiental no sistema estadual de ensino do rio grande do sul.....	155
17. Lei n.º 13.597, De 30 de dezembro de 2010 – dá nova redação à lei n.º 11.370, De 9 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a política estadual de educação ambiental, cria o programa estadual de educação ambiental, e complementa a lei federal n.º 9.795, De 27 de abril de 1999.....	164
18. Plano nacional de educação em direitos humanos (2007)	168
19. Lei n.º 14.705, De 25 de junho de 2015 – institui o plano estadual de educação (pee) do rio grande do sul em cumprimento ao plano nacional de educação	169
20. Parecer n.º 126/2016 – diretrizes operacionais para a educação em direitos humanos no sistema estadual de ensino ...	198
21. Cadernos pedagógicos: direitos humanos em educação – série pde/programa mais educação (2013)	202
22. Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004 – institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana	203
23. Parecer cne/cp n.º 16, de 05 de junho de 2012 – estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola.....	203
24. Parecer ceed/rs n.º 323/1999 – institui as diretrizes curriculares do ensino fundamental e do ensino médio para o sistema estadual de ensino.....	245
25. Lei n.º 10.436, De 24 de abril de 2002 – dispõe sobre a língua brasileira de sinais (libras).....	255
26. Lei n.º 14.113, De 25 de dezembro de 2020 – regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (fundeb)	255
27. Resolução ceb n.º 2, de 7 de abril de 1998 – institui as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental	270
28. Resolução cne/ceb n.º 3, de 21 de novembro de 2018 – atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio.....	271
29. Resolução ceb n.º 3, de 10 de novembro de 1999 – fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências	279
30. Portaria mec n.º 1.432, De 28 de dezembro de 2018 – estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as diretrizes nacionais do ensino médio	281
31. Resolução n.º 365, de dezembro de 2021 – institui normas complementares para oferta do ensino médio e suas modalidades no sistema estadual de ensino	283
32. Resolução n.º 0361, de 3 de novembro de 2021 – institui o referencial curricular gaúcho para o ensino médio (rcgem)..	290
33. Lei n.º 6.672, De 22 de abril de 1974 – estatuto e plano de carreira do magistério público do rio grande do sul	290
34. Lei n.º 15.451, De 17 de fevereiro de 2020 – altera a lei n.º 6.672.....	305
35. Marco legal da primeira infância – lei nº 13.257/2016.....	313
36. Política nacional de alfabetização (pna) – decreto nº 9.765/2019	319

Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS, MULTIMODAIS E GÊNEROS DIGITAIS

GÊNEROS TEXTUAIS E LITERÁRIOS: CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A comunicação se dá por meio de diferentes formas textuais, cada uma com estrutura, função e propósito específicos. Os gêneros textuais e literários são categorias que organizam a produção discursiva de acordo com suas características e finalidades.

Enquanto os gêneros textuais se orientam por necessidades comunicativas práticas, os gêneros literários privilegiam aspectos estéticos e subjetivos. A compreensão dessas distinções é essencial para interpretar corretamente os textos e suas intenções.

► Gêneros textuais: conceito e tipologia

Os gêneros textuais são formas de organização da linguagem que surgem e se transformam de acordo com as necessidades comunicativas de uma sociedade. São dinâmicos e variados, podendo ser encontrados em diferentes suportes, como jornais, livros, redes sociais e documentos oficiais. Alguns exemplos de gêneros textuais incluem:

- **Narrativos:** Contam uma história, com personagens, enredo e contexto temporal, como contos, crônicas e reportagens.
- **Dissertativos-argumentativos:** Apresentam uma tese e argumentos para defendê-la, como artigos de opinião, editoriais e redações de vestibular.
- **Descritivos:** Têm como objetivo caracterizar pessoas, objetos ou ambientes, como diários e perfis biográficos.
- **Injuntivos e instrucionais:** Orientam ações, como manuais, receitas e bulas de remédio.
- **Expositivos:** Informam e explicam conceitos, como verbetes de dicionário e textos científicos.

Cada um desses gêneros cumpre uma função específica dentro da comunicação e segue convenções que ajudam a organizar as informações de maneira eficiente para o leitor.

► Gêneros literários: arte e estética na linguagem

Os gêneros literários são formas de expressão artística que utilizam a linguagem para transmitir emoções, ideias e reflexões sobre a realidade. Diferente dos gêneros textuais, que têm um caráter mais prático, os gêneros literários exploram aspectos subjetivos e estilísticos da comunicação. Tradicionalmente, são divididos em três categorias:

- **Lírico:** Expressa sentimentos, emoções e estados subjetivos, geralmente em forma de poesia. Exemplos: soneto, haicai, ode.

- **Épico (ou narrativo):** Relata eventos e ações, muitas vezes protagonizados por heróis. Exemplos: epopeia, romance, conto, novela.

- **Dramático:** Representa conflitos e situações para serem encenados no teatro. Exemplos: tragédia, comédia, drama.

Esses gêneros são fundamentais na literatura, pois permitem a construção de diferentes visões de mundo, explorando a linguagem de forma criativa e simbólica.

► A importância da distinção entre gêneros

Embora os gêneros textuais e literários tenham características distintas, muitas vezes há interseções entre eles. Um texto jornalístico pode conter trechos descritivos, narrativos e dissertativos, assim como um romance pode incluir elementos de crítica social e reflexão filosófica. O leitor precisa estar atento às marcas textuais que indicam a intenção do autor e a função do texto, garantindo uma interpretação mais precisa e contextualizada.

O domínio dos gêneros textuais e literários facilita a leitura e a escrita, permitindo que o indivíduo compreenda melhor as mensagens que recebe e produza textos adequados a diferentes situações. Conhecer essas categorias amplia as habilidades interpretativas e comunicativas, essenciais para a vida acadêmica e profissional.

compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de sig-

nificados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extre-

mamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.
- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

► Importância da Compreensão dos Tipos de Linguagem

Entender os tipos de linguagem é crucial para uma interpretação de textos eficaz, pois permite que o leitor reconheça como as mensagens são construídas e transmitidas. Em textos que utilizam apenas a linguagem verbal, a atenção deve estar voltada para o que está sendo dito e como as ideias são organizadas. Já em textos que empregam a linguagem não-verbal ou mista, o leitor deve ser capaz de identificar e interpretar símbolos, imagens e outros elementos visuais, integrando-os ao conteúdo verbal para chegar a uma interpretação completa.

Desenvolver a habilidade de identificar e interpretar os diferentes tipos de linguagem contribui para uma leitura mais crítica e aprofundada, algo essencial em provas que avaliam a competência em Língua Portuguesa. Essa habilidade é um diferencial

importante para a compreensão do que está explicitamente escrito e para a interpretação das nuances que a linguagem não-verbal ou mista pode adicionar ao texto.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada, especialmente em contextos de provas de concursos públicos. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar um diálogo entre diferentes obras, épocas, autores e gêneros, tornando a literatura e outros tipos de textos mais dinâmicos e multifacetados.

Em provas de concursos públicos, questões de intertextualidade costumam explorar a capacidade do candidato de identificar essas referências e entender como elas influenciam o sentido do texto. A habilidade de reconhecer citações, alusões, paródias e outras formas de intertextualidade é, portanto, uma competência valiosa para quem busca se destacar em exames que avaliam a interpretação de textos.

► Exemplos Práticos de Intertextualidade

Para ilustrar como a intertextualidade se manifesta na prática, vejamos alguns exemplos:

▪ Um artigo jornalístico que menciona a frase “ser ou não ser, eis a questão” está fazendo uma referência à famosa obra “Hamlet”, de William Shakespeare. O uso dessa expressão enriquece o artigo ao trazer o peso filosófico da dúvida existencial presente na peça.

▪ Uma charge política que apresenta um político com o nariz crescendo faz uma intertextualidade com a história de “Pinóquio”, sugerindo que o político é mentiroso.

▪ Um romance que começa com a frase “Era uma vez” faz uma intertextualidade com os contos de fadas, estabelecendo desde o início uma conexão com o gênero literário que trabalha com histórias encantadas e fabulosas.

► Dicas para Identificar a Intertextualidade em Textos

▪ **Conhecimento prévio:** Quanto mais você conhecer diferentes obras, autores e contextos históricos, mais fácil será identificar as referências intertextuais.

▪ **Preste atenção a citações e alusões:** Fique atento a trechos que parecem ecoar outras obras ou expressões conhecidas.

▪ **Observe o tom e a intenção do autor:** Analise se a referência tem um caráter humorístico, crítico ou de homenagem. Isso ajuda a identificar se é uma paródia, citação, alusão, etc.

▪ **Leia com atenção os títulos e epígrafes:** Muitas vezes, os títulos de textos ou as frases introdutórias (epígrafes) trazem referências explícitas a outras obras.

Compreender a intertextualidade é fundamental para interpretar textos de maneira mais completa e aprofundada. Ao perceber o diálogo que um texto estabelece com outros, o leitor consegue captar os múltiplos significados e enriquecer sua análise, o que é uma habilidade valiosa tanto para provas quanto para a leitura crítica em geral.

DICAS PARA UMA BOA INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Desenvolver a habilidade de interpretação de textos é um diferencial importante para quem busca sucesso em concursos públicos, vestibulares e outros exames que avaliam competências em Língua Portuguesa. A interpretação vai além de simplesmente compreender o que está escrito; ela exige que o leitor extraia o sentido mais profundo, faça inferências e reconheça nuances e intenções do autor. Aqui estão algumas dicas práticas para aprimorar a sua interpretação de textos:

► Leia o Texto com Atenção e Sem Pressa

Muitas vezes, a ansiedade durante a leitura pode prejudicar a compreensão do texto. Por isso, é importante ler com calma, dedicando tempo para entender o que o autor está dizendo. Uma leitura cuidadosa ajuda a captar detalhes, identificar o tema central e evitar erros de interpretação. Se o texto for longo, divida-o em partes e faça uma leitura atenta de cada trecho.

► Identifique o Tema e a Ideia Principal

Após a leitura inicial, procure identificar qual é o tema do texto (o assunto sobre o qual ele trata) e a ideia principal (o ponto de vista ou mensagem que o autor deseja transmitir). Pergunte a si mesmo: “Sobre o que o autor está falando?” e “Qual é a mensagem central que ele quer passar?”. Ter clareza sobre o tema e a ideia principal é essencial para compreender o texto de forma global.

▪ **Dica:** Ao final de cada parágrafo, tente resumir em uma frase o que foi dito. Isso ajuda a manter o foco na ideia principal e a construir uma visão clara do texto como um todo.

► Faça Inferências

A interpretação de textos muitas vezes requer que o leitor vá além do que está explícito e faça inferências, ou seja, deduções baseadas nas informações fornecidas pelo texto. Para isso, é importante juntar pistas, palavras e contextos que o autor utiliza para chegar a conclusões não ditas diretamente. Uma boa prática é questionar: “O que o autor quer dizer com isso?” ou “Qual é a intenção por trás desta afirmação?”.

▪ **Exemplo:** Se um texto diz: “Ele olhou para o céu e pegou seu guarda-chuva”, você pode inferir que provavelmente vai chover, mesmo que o texto não diga isso diretamente.

► Preste Atenção a Palavras-Chave e Conectores

As palavras-chave e os conectores (como “portanto”, “porém”, “assim”, “no entanto”, “além disso”) ajudam a entender a lógica e o raciocínio do texto. Elas indicam como as ideias estão conectadas, se há uma relação de causa e efeito, oposição ou conclusão. Identificar essas palavras é fundamental para captar a estrutura do texto e entender a linha de pensamento do autor.

▪ **Dica:** Sublinhe ou destaque as palavras-chave e conectores durante a leitura. Isso ajuda a visualizar a organização do texto e a compreender as relações entre as ideias.

► Entenda o Contexto

Todo texto está inserido em um contexto, que pode ser histórico, cultural, social ou ideológico. Conhecer esse contexto é essencial para interpretar corretamente o que o autor quer transmitir. Pesquise sobre o período em que o texto foi escrito, o perfil do autor ou os eventos que influenciaram a obra. Isso pode oferecer insights valiosos sobre as intenções do autor e o significado do texto.

▪ **Exemplo:** Um texto produzido durante um período de guerra pode refletir ideias e valores diferentes de um texto escrito em tempos de paz, e esse contexto é importante para interpretar a mensagem corretamente.

► Analise o Gênero e a Estrutura do Texto

Cada tipo de texto tem características próprias, e conhecê-las ajuda a interpretar a mensagem. Um poema, uma crônica, uma notícia, um artigo científico ou uma propaganda têm estruturas, linguagens e objetivos diferentes. Ao identificar o gênero do texto, o leitor consegue ajustar sua interpretação e compreender melhor o que o autor pretende.

▪ **Dica:** Pergunte-se: “Este texto é informativo, argumentativo, narrativo ou descritivo?” Entender o propósito do texto facilita a interpretação.

► Questione o Texto

Uma leitura crítica e reflexiva é fundamental para uma boa interpretação. Faça perguntas ao longo da leitura: “Por que o autor usou este termo?”, “O que ele quer me convencer?”, “Existe alguma contradição aqui?”, “O autor tem um posicionamento ou opinião?”. Ao questionar o texto, você desenvolve uma interpretação mais aprofundada e se torna um leitor mais ativo.

► Utilize Conhecimentos Prévios

Nossa bagagem cultural, conhecimentos adquiridos em outras leituras e experiências de vida enriquecem a interpretação de um texto. Muitas vezes, a compreensão de intertextualidades, referências históricas ou sociais depende do que já sabemos. Portanto, relacionar o que você está lendo com outros textos, experiências e conhecimentos prévios facilita a interpretação.

▪ **Exemplo:** Ao ler uma alusão a “Ulisses” em um texto contemporâneo, seu conhecimento sobre a “Odisseia” de Homero poderá oferecer um significado adicional ao que está sendo lido.

► Releia o Texto, se Necessário

Se após a primeira leitura você não conseguiu compreender plenamente o texto, não hesite em reler. A releitura permite captar detalhes que passaram despercebidos e ajuda a entender melhor as ideias do autor. Muitas vezes, uma segunda ou terceira leitura revela nuances e elementos essenciais para a interpretação.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E O TRABALHO COLETIVO: O PROFESSOR COMO AGENTE TRANSFORMADOR

A gestão escolar democrática e participativa constitui um dos fundamentos essenciais de uma educação voltada para a cidadania, para a justiça social e para a construção coletiva do conhecimento. Essa concepção rompe com modelos autoritários e centralizadores de administração educacional e propõe uma organização escolar baseada na escuta, na corresponsabilidade, no diálogo e na transparência. Mais do que um modelo de gestão, trata-se de uma prática política e pedagógica que envolve todos os sujeitos da comunidade escolar – direção, coordenação pedagógica, professores, estudantes, funcionários, pais e responsáveis – na tomada de decisões e na construção do projeto educativo da escola.

A democratização da gestão pressupõe a participação efetiva dos diversos segmentos escolares nos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas e administrativas. Para isso, é necessário criar e fortalecer espaços institucionais de diálogo, como conselhos escolares, grêmios estudantis, associações de pais e mestres, assembleias, reuniões pedagógicas e audiências públicas. Esses espaços, no entanto, não devem ser meramente formais ou burocráticos, mas ambientes de escuta ativa, de construção de consensos e de reconhecimento da diversidade de vozes que compõem a escola. A gestão participativa requer, portanto, tempo, investimento e formação dos sujeitos para a prática do diálogo democrático.

Internamente, a gestão escolar democrática se expressa na valorização do trabalho coletivo, na horizontalidade das relações, na construção de um ambiente escolar acolhedor e na articulação entre os diferentes setores da escola. Isso significa promover o planejamento participativo, garantir a circulação de informações, respeitar os diferentes pontos de vista e incentivar o protagonismo dos profissionais da educação. A coordenação pedagógica e a equipe gestora, nesse modelo, atuam como articuladores das ações, mediadores de conflitos e facilitadores de processos formativos. A escuta das demandas dos professores e estudantes, a clareza nos critérios de organização e a coerência entre discurso e prática são condições indispensáveis para consolidar uma cultura democrática no interior da escola.

Outro aspecto fundamental da gestão democrática é a relação com a comunidade. A escola pública, como instituição social, deve estar aberta ao diálogo com o território em que se insere, reconhecendo as famílias, os movimentos sociais, as organizações comunitárias e as instituições locais como parceiros no processo educativo. Essa relação não deve se restringir à convocação de reuniões pontuais, mas se constituir como vínculo permanente, pautado na confiança, na corresponsabilidade e na valoriza-

ção dos saberes e experiências das famílias e da comunidade. A abertura da escola à participação externa amplia sua legitimidade, fortalece sua função social e contribui para que o currículo escolar dialogue com a realidade vivida pelos estudantes.

A articulação entre escola e comunidade também favorece a construção de projetos pedagógicos contextualizados, o desenvolvimento de ações intersetoriais e a ampliação das redes de apoio à aprendizagem. A escuta das famílias permite à escola compreender melhor as condições concretas de vida dos alunos e elaborar estratégias mais eficazes de inclusão, permanência e sucesso escolar. A gestão democrática, nesse sentido, promove uma nova cultura de participação, que ultrapassa a lógica da queixa ou da cobrança e se transforma em envolvimento propositivo, diálogo permanente e compromisso coletivo com a formação das novas gerações.

Portanto, a gestão escolar democrática e participativa não é apenas uma diretriz normativa presente nas legislações educacionais brasileiras – como a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação –, mas um princípio ético e político que orienta a organização da escola como espaço público de formação cidadã. Ela demanda mudança de postura dos gestores, formação contínua das equipes, construção de vínculos e valorização da escuta como prática pedagógica. Ao assumir essa perspectiva, a escola se torna mais transparente, mais justa e mais coerente com os ideais de uma educação emancipadora, capaz de promover sujeitos críticos, solidários e comprometidos com a transformação da sociedade.

PROJETO EDUCATIVO: FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS EM ARTICULAÇÃO COM O CURRÍCULO

O projeto educativo é um instrumento importante para a organização do trabalho pedagógico na escola. Ele consiste em um conjunto de princípios, objetivos, metas e estratégias que orientam as ações educativas da instituição.

As concepções didático-pedagógicas, por sua vez, referem-se às diferentes formas de compreender e abordar o processo de ensino e aprendizagem. Elas envolvem desde a forma como o conhecimento é construído até a forma como ele é transmitido e avaliado.

A escolha das concepções didático-pedagógicas que nortearão o projeto educativo é fundamental para o sucesso da instituição. Elas devem estar alinhadas com a realidade da escola e com as necessidades dos alunos, além de estar em consonância com as políticas educacionais vigentes.

Algumas das concepções didático-pedagógicas mais comuns são a tradicional, a renovada, a crítico-social dos conteúdos e a histórico-cultural. Cada uma delas possui características específicas e implicações diferentes para a organização do trabalho pedagógico.

– **A concepção tradicional**, por exemplo, tem como base a transmissão de conhecimentos por meio da exposição oral do professor e da memorização dos conteúdos pelos alunos. Já a concepção renovada busca uma abordagem mais participativa, com a valorização da experiência do aluno e do trabalho em grupo.

– **A concepção crítico-social** dos conteúdos, por sua vez, busca conectar o conhecimento escolar com a realidade social dos alunos, buscando desenvolver sua capacidade de reflexão crítica e de transformação da sociedade.

– **A concepção histórico-cultural** enfatiza a importância do desenvolvimento da linguagem e da cultura na construção do conhecimento.

Independentemente da concepção didático-pedagógica escolhida, é importante que ela esteja presente no projeto educativo de forma clara e objetiva. Além disso, é importante que os professores estejam alinhados com ela e que possam implementá-la de forma coerente e consistente em sala de aula.

Em resumo, o projeto educativo e as concepções didático-pedagógicas são fundamentais para a organização do trabalho pedagógico na escola. É preciso que eles estejam em sintonia para que a instituição possa cumprir sua função social de forma efetiva e garantir a formação integral dos alunos.

CONCEPÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS E A PRÁTICA EDUCATIVA

para adentrarmos no tema, faz-se primeiramente importante diferenciar os conceitos de *práticas pedagógicas* e *práticas educativas*, que, em geral, são abordados como se designadores do mesmo assunto. As práticas educativas dizem respeito aos esforços empenhados para que os processos de ensino se efetivem, enquanto as práticas pedagógicas estão relacionadas a tudo que envolve o âmbito social no sentido de se concretizar os processos pedagógicos. Assim, entende-se que pedagogia e educação, apesar de estarem mutuamente articuladas, são propriedades distintas. Epistemologicamente, a educação pode ser conceituada como o objeto de estudo sobre o qual a pedagogia se debruça. Já sob um ponto de vista ontológico, é possível afirmar que a educação consiste em um grupo de práticas sociais que representam e operam sobre a vida dos indivíduos, de forma difusa, profunda e aleatória.

A pedagogia, no que lhe concerne, pode ser entendida como uma prática social que visa à *organização* → *compreensão* → *transformação* das ações sociais educacionais que fundamentam e direcionam as práticas educativas. Dizer que as práticas pedagógicas são desempenhos que se executam visando à *organização* → *potencialização* → *interpretação* dos propósitos de um projeto educativo implica favorecer uma outra epistemologia pedagógica. Essa nova teoria tem natureza crítico-emancipatória, e conceitua a pedagogia como uma prática social direcionada por um raciocínio pautado na reflexão acerca do que se observa nas práticas educativas, assim como por uma concepção crítica do que a prática educativa pode significar.

De fato, as práticas pedagógicas estruturam-se de forma intencional para atender as dadas expectativas educacionais exigidas por uma determinada comunidade da sociedade. Dessa forma, essas práticas lidam, em seu processo de elaboração, um impasse elementar: seus valores e sua representatividade são frutos de acordos sociais. Nesse sentido, elas enfrentam, em sua construção, um dilema essencial: sua representatividade e seu valor advêm de convenções e decisões realizadas em coletivos, ou seja, de pactos sociais. Isso quer dizer que as práticas pedagógicas se estruturarem, elas progridem e se desenvolvem por aderência, acordos ou por coação.

As práticas educativas, por sua vez, compreendem projetos qualificadores do processo de aprendizado e auxiliam o progresso dos alunos. Elas envolvem projetos que qualificam o processo de aprendizagem e contribuem para o desenvolvimento dos alunos.

METODOLOGIAS DE ENSINO

¹O ensino tradicional é muito usado pelos professores de diversas disciplinas, tanto no ensino médio como no fundamental, muitas vezes pela falta de tempo do professor ir à busca de novidades, acaba optando por usar sempre a mesma metodologia, onde os alunos muitas vezes só escutam sem poder argumentar. Estas aulas fazem com que os alunos só copiem e decorem.

Segundo Sant’Anna (2016) é de conhecimento geral que a metodologia mais usada e muitas vezes única para ensinar em um ambiente escolar ainda é o giz e o quadro. O ensino baseado em um único estilo só atingiria um tipo particular de alunos, esquecendo-se dos outros, como por exemplo, os alunos visuais que aprendem mais facilmente vendo imagens ou fazendo-as em forma de esquemas, os auditivos que compreendem melhor se as informações forem passadas de forma oral, são alunos que escutam mais as aulas e leem em voz alta. Além disso, os sinestésicos aprendem melhor fazendo, por isso preferem aulas mais dinâmicas, com movimentos, experimentos que possam manipular.

O uso de estratégias metodológicas diversificadas tem ganhado destaque como uma possibilidade de ajuda para o aluno compreender e aprender os conteúdos abordados, desenvolvendo o conhecimento científico.

Novas metodologias implicam o preparo do docente e a receptividade do discente, que muitas vezes, opta por não se abrir para o novo. No entanto, faz-se imprescindível os avanços da educação, para que se descubra o novo, proporcionando a abertura de novos caminhos. Com esse propósito, é necessário fazer uma observação profunda sobre as metodologias empregadas atualmente, para, a partir daí, propor novas vivências (XAVIER, 2018). O docente muitas vezes se deixa levar pela facilidade das aulas tradicionais, onde o aluno abre o livro e lê o conteúdo e responde as questões, sem nem mesmo poder argumente o conteúdo lido.

¹<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20594/1/metodologiasdiferenciadasutilizadasensino.pdf>

— Metodologias Ativas

²Atualmente, entende-se que os procedimentos de ensino são tão importantes quanto os próprios conteúdos de aprendizagem. Portanto, as técnicas de ensino tradicional passam a fazer parte do escopo de teóricos não só da área da Educação, mas de toda a comunidade intelectual que busca identificar suas deficiências e buscam propor novas metodologias de ensino-aprendizagem.

As metodologias ativas de ensino-aprendizagem compartilham uma preocupação, porém, não se pode afirmar que são uniformes tanto do ponto de vista dos pressupostos teóricos como metodológicos; assim, identificam-se diferentes modelos e estratégias para sua operacionalização, constituindo alternativas para o processo de ensino-aprendizagem, com diversos benefícios e desafios, nos diferentes níveis educacionais.

Este estudo adotou a seguinte questão norteadora: “Como as metodologias ativas de ensino-aprendizagem vêm sendo utilizadas nos cenários de educação e quais são os benefícios e desafios de seu uso?”. Dessa forma, analisa-se, aqui, o uso das metodologias ativas de ensino-aprendizagem a partir de uma revisão interativa da literatura, com objetivos específicos:

- I) identificar os cenários de uso das metodologias ativas de ensino-aprendizagem;
- II) verificar as modalidades e estratégias de operacionalização das metodologias ativas de ensino-aprendizagem; e
- III) determinar os benefícios e desafios do uso das metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

As tendências do século XXI indicam que a característica central da educação é o deslocamento do enfoque individual para o enfoque social, político e ideológico. A educação ocorre durante a vida inteira, constituindo um processo que não é neutro. Um estudo propôs quatro pilares do conhecimento e da formação continuada, considerados norteadores:

- I) aprender a conhecer;
- II) aprender a fazer;
- III) aprender a conviver; e
- IV) aprender a ser.

Eles apontam um novo rumo para as propostas educativas e exprimem necessidades de atualização das metodologias educacionais diante da atual realidade.

O processo de ensino estabelece uma relação diferenciada com o educando, onde se observa uma trajetória de construção do saber e promoção da aprendizagem. Trata-se de uma relação “que ativa o processo de aprendizagem em função de capacidades particulares a adquirir”. A questão do ensino não se limita à habilidade de dar aulas, também envolve a efetivação de levar ao aprender. O vínculo entre aprendizagem e ensino não é causal, ou seja, o ensino não causa a aprendizagem nem desenvolve novas capacidades que podem levar à aprendizagem. Ensinar e aprender estão vinculados ontologicamente, assim, a significação do ensino depende do sentido que se dá à aprendizagem e a significação da aprendizagem depende das atividades geradas pelo ensino. Compreende-se que a aprendizagem necessita do saber reconstruído pelo próprio sujeito e não simplesmente reproduzido de modo mecânico e acrítico.

Até recentemente, observava-se pequena preocupação em relação às metodologias de ensino e acerca das consequências de seu uso. Destaca-se, aqui, uma célebre frase que traduz essa questão: enquanto os conteúdos do ensino informam, os métodos de ensino formam. Isso porque essa opção metodológica pode ter efeitos decisivos sobre a formação da mentalidade do aluno, de sua cosmovisão, de seu sistema de valores e, finalmente, de seu modo de viver. A metodologia utilizada pelo educador pode ensinar o educando a ser livre ou submisso, seguro ou inseguro; disciplinado ou desordenado; responsável ou irresponsável; competitivo ou cooperativo.

O ensino e a aprendizagem ganham caráter dialético, isto é, de constante movimento e construção por aqueles que o fazem, onde ensinar está diretamente relacionado com o aprender: o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo.

O ensino exige rigor metodológico; pesquisa; respeito aos saberes dos educandos; criticidade; estética e ética; corporeidade das palavras pelo exemplo; risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação; reflexão crítica sobre a prática; reconhecimento e elevação da identidade cultural. Essas características atribuídas ao ensino se somam e são norteadoras de uma proposta educacional que recusa a educação e o ensino por uma visão simplória e, aqui, vista como errônea do ensino como mera transmissão de conhecimentos.

Quando o professor planeja sua atuação em sala de aula, adota uma postura de estar aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho - a de ensinar e não a de transferir conhecimentos. Essa conotação de ensino precisa ser compartilhada não apenas pelo professor, mas pelos alunos envolvidos no ensinar-aprender; além de uma compreensão, essa proposta de ensino exige constante presença e vivência. O ensinar exige a consciência do inacabamento, da infinidade do processo de conhecer; onde a curiosidade e a postura ativa do educando são imprescindíveis para o processo de ensino-aprendizagem.

Alcança-se, então, a ideia de educação problematizadora em oposição à noção de educação bancária. Esse movimento não é de “enchimento” dos educandos com um conhecimento imposto; o caminho da educação problematizadora implica que o educando possa desenvolver seu processo de compreensão e captação do mundo em sua relação com a realidade em transformação. Indicamos algumas das principais propostas que se inserem em uma perspectiva de metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

A ideia de uma educação problematizadora ou libertadora sugere a transformação do próprio processo de conhecer, nesse momento, insere-se a proposta da resolução de problemas como caminho para a construção do saber significativo. Compreende-se que a aprendizagem ocorre como resultado do desafio de uma situação-problema, assim, “a aprendizagem torna-se uma pesquisa em que o aluno passa de uma visão ‘sincrética’ ou global do problema a uma visão ‘analítica’ do mesmo - através de sua teorização - para chegar a uma ‘síntese’ provisória, que equivale à compreensão. Esse movimento de resolução de problemas exige a participação de professores e alunos de forma

2 PAIVA, M.R.F.; PARENTE, J.R.F.; BRANDÃO, I.R.; QUEIROZ, A.H.B.; *Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem: Revisão Integrativa*. SANARE, Sobral - V.15 n.02, p.145-153, Jun./Dez. - 2016.